

Apresentação

Os resultados das eleições presidenciais de 2018 no Brasil definiram um caminho para o futuro bastante preocupante. Um caminho que parece se assentar na destruição de direitos trabalhistas, políticos e humanos. Contudo, cabe frisar, um caminho chancelado por 58 milhões de votos. Mais do que nunca faz-se urgente refletir profundamente sobre esses resultados: o que levou a isso? Quais foram as razões? O que motivou essas pessoas a votarem de uma determinada forma? O que elas esperam com isso?

Mas antes de tudo é essencial que partamos do seguinte ponto: a compreensão desse “caminho” para o “futuro” passa necessariamente por um estudo e esclarecimento exaustivo do “passado”. Muitas das possíveis respostas para o momento atual pode residir nesse passado, sempre a espera de reconstrução. Ainda mais quando temos no cargo máximo da Nação um personagem que reivindica um novo olhar sobre a Ditadura empresarial-militar e sobre os “feitos” do regime que vigorou de 1964 a 1985.

Este é o pano de fundo que embasa a elaboração desse número 11 da **Revista Convergência Crítica**, dedicado às “Histórias do Regime Militar”. Com esse espírito trouxemos 5 trabalhos sobre o tema que vasculham e iluminam aspectos importantes desse triste e amargo período da nossa história.

O número é aberto com o artigo de *Maíza Ferreira dos Santos*, que em “‘A Ditadura não passou aqui’: outras Histórias sobre a Ditadura civil-militar em Ilhéus (1964 – 1974)”. investiga os rebatimentos da Ditadura civil-militar na cidade de Ilhéus, levantando por meio de documentação de órgãos da repressão e registros orais, os apoios de segmentos da sociedade local e as resistências encetadas por militantes do Partido Comunista na região. Mais adiante, *Aline Prado Atassio* e *Michele Nascimento Augustinho*, em seu texto intitulado “Os dois lados da memória: interpretações de militares e de atores da resistência estudantil sobre a repressão no Brasil (1964-1985)”, analisam exatamente as memórias elaboradas por oficiais das forças armadas sobre o regime ditatorial, todas elas publicadas na Coleção História Oral do Exército, organizada e publicada pela Bibliex. As autoras analisaram cerca de 250 entrevistas. Como contraponto, *Aline Prado* e *Aline Michele* levantaram também registros de atores do Movimento Estudantil, com impressões sobre os mesmos fatos.

O terceiro trabalho do dossiê é a “Revolta que não houve: apresentando uma tentativa de conspiração” de *Carlos Henrique dos Santos Ruiz*, que reconstitui uma tentativa de “contragolpe” arquitetada por lideranças políticas tradicionais que haviam apoiado o Golpe de 1964, contrariadas que estavam com os rumos que a “Revolução” dos militares estava tomando.

A seguir, *Rogério Liberato da Silva* em “A natureza político-jurídica do regime político brasileiro entre 1964-1978” aborda os aspectos políticos e jurídicos do regime político instalado em 1964, detalhando alguns fatores do processo como o “o golpe de estado, a união civil-militar no golpe e durante o regime, além do tipo de democracia almejada pelo regime ditatorial para a sociedade brasileira”.

Fechando o dossiê temos um outro instigante estudo de caso, o de *Jaime Cuéllar Velarde*, intitulado “Polifônicos de 1964: História Oral e estudos culturais na Amazônia paraense”. Nele o autor detalha a elaboração de memórias sobre a Ditadura Civil-Militar na Amazônia por parte de agentes locais.

Na parte reservada a estudos de temática livre, temos o excelente trabalho de *Ethiene V. S Wenceslau*, que por meio de “Cidade Negra: as remoções no município do Rio de Janeiro e a luta pelo Direito à Cidade” analisa como a política de remoções e a postura da Administração pública na construção dos direitos e à moradia e à cidade.

Em “La Internacional Comunista y la cuestión campesina: el caso de México en la década de 1920”, o historiador mexicano *Irving Reynoso Jaime* nos brinda com um primoroso estudo sobre a relação entre a história do comunismo e as lutas camponesas oriundas da Revolução Mexicana.

Fechando esta seção, *Francisco Carlos Guerra de Mendonça Júnior* em artigo intitulado “A música como forma de resgate histórico em Angola: o 27 de maio de 1977 referido no rap local”. Dividido em três partes, o texto aborda a “maneira como a música foi utilizada para servir de resistência na luta anti-colonial em Angola, buscando a independência e lutando para expulsar o colonizador, aliada aos movimentos de libertação”; depois, “as restrições colocadas pelo MPLA como partido do poder e as perseguições feitas às pessoas filiadas ao partido, participantes ativas da luta anti-colonial” e, num terceiro momento, as perseguições políticas a alguns dos principais artistas do país.

Esperamos que as leitoras e os leitores aproveitem os textos e que eles possam suscitar novas pesquisas em temáticas tão carentes, ainda mais em tempos tão inquietantes.

Boa leitura!

Aline Prado Atassio, coordenadora desse número.
Leonardo Soares, editor-chefe.

